

Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência

Revogada Pela Resolução TJRR/TP n. 12, de 5 de abril de 2017 e Pela Portaria TJRR/PR n. 741 de 22 de março de 2017

## RESOLUÇÃO TJRR/TP N. 35, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Disciplina o procedimento de arrecadação de que trata o artigo 3º da Lei Estadual n. 297, de 11 de setembro de 2001, que instituiu o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima Fundejurr.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua composição plenária, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo Código de Organização Judiciária do Estado e pelo seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o procedimento de arrecadação de que trata o artigo 3º da Lei Estadual n. 297, de 11 de setembro de 2001, que instituiu o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima Fundejurr;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao artigo 232, inciso III, do Código de Processo Civil e do artigo 191 da Lei n. 11.101/2005;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a codificação das Comarcas, adequando-as a formatação atualmente utilizada no sistema informatizado de arrecadação; e

CONSIDERANDO, ainda, as análises, manifestações e decisões sobre a arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário, propostas no procedimento administrativo n. 182/2007,

## **RESOLVE:**

Art. 1º As receitas devidas ao Fundejurr, previstas na Lei n. 297/01, devem ser recebidas diretamente pelo Agente Arrecadador de cada Comarca.

Art. 2º A arrecadação deverá ser feita através da Guia de Recolhimento Judiciária GRJ, emitida em 3 (três) vias, conforme modelo eletrônico constante da Resolução TJRR/TP n. 3, de 17/01/2007 (alterada pela Resolução TJRR/TP n. 7, de 02/07/2008), que segue como anexo desta portaria, bem como através de depósitos identificados e transferências eletrônicas entre contas correntes.

Art. 3° Como receitas de aluguel, serviço de fotocópia, editais, periódicos e outros, considerar-se-ão as seguintes receitas:

## I - Aluguel de auditório:

- a) Até 100 lugares 1/2(meio) salário mínimo para um período de até oito horas, com acréscimo de 15% para cada hora excedente;
- b) De 101 a 200 lugares 1(um) salário mínimo para um período de até oito horas, com acréscimo de 15% para cada hora excedente; e



c) Acima de 200 lugares 2(dois) salários mínimos para um período de até oito horas, com acréscimo de 15% para cada hora excedente;

H Aluguel do Salão Nobre: 1/2(meio) salário mínimo para um período de até oito horas, com acréscimo de 15% para cada hora excedente;

III - Requisição de Desarquivamento: R\$ 7,00 (sete reais) por processo;

IV Fotocópia: R\$ 0,18 (dezoito centavos) por lauda fornecida, cujo valor será atualizado em conformidade com as disposições contidas no Contrato de Reprografia mantido pelo Tribunal, e divulgado pela Secretaria de Gestão Administrativa por meio de Portaria; (Redação dada pela Resolução TJRR/TP n. 24, de 2013)

V - Autenticação: R\$ 1,00 (um real) por lauda;

VI - Guias para depósitos judiciais: R\$ 2,00 (dois reais);

VII - Cópia de edital de licitação: R\$ 20,00 (vinte reais) pela venda de editais referentes a obras, equipamentos de informática e outros investimentos e R\$ 10,00 (dez reais) para aquisição de material de consumo;

VIII - Compêndio semestral de jurisprudência: R\$ 10,00 (dez reais);

IX - Compêndio anual de jurisprudência: R\$ 20,00 (vinte reais);

X Taxa de publicação no DJ e do Edital de Proclamas de Casamento: R\$ 16,00 (dezesseis reais); e

XI - Taxa de publicação no DJ e de Edital de Citação/Intimação quando, nas ações cíveis, a parte autora não gozar do benefício da Justiça Gratuita: R\$ 16,00 (dezesseis reais),

Parágrafo único: A matéria correspondente ao inciso XI deverá ser criada pelo cartório judicial, cuja ação encontra-se tramitando e encaminhada através do Sicojurr, observado os critérios estabelecidos.

Art. 4º Toda a receita arrecadada durante o dia deverá ser depositada no primeiro dia útil imediatamente posterior, na conta corrente n. 51.669-4, Agência 3797-4, que o Fundejurr mantém junto ao Banco do Brasil.

Art. 5º A prestação de contas da arrecadação deverá observar os procedimentos definidos nos artigos 21, 22, 23, 24 e 36 da Resolução TJRR/TP n. 41/01 e suas alterações.

Parágrafo único: Para a realização da prestação de contas deverá ser utilizada a codificação a seguir:

COMARCA	SIGLA	CÓDIGO
Alto Alegre	AER	5
Boa Vista	BVA	10
Bonfim	BFI	90
Caracaraí	CKR	20
<del>Mucajaí</del>	MJI	30



Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência

<del>Pacaraima</del>	PAC	45
Rorainópolis	RLI	47
São Luiz do Anauá	SZW	60

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as <u>Portarias TJRR/TP n. 819, de</u> 13 de novembro de 2001 e n. 112, de 26 de janeiro de 2009.

Lupercino Nogueira Presidente

Ricardo Oliveira
Vice-Presidente

Almiro Padilha Corregedor Geral de Justiça

> Robério Nunes Membro

> > José Pedro Membro

-Graciete Sotto Mayor Juíza Convocada

Este texto não substitui o original publicado no DJe, edição 4554, 19.5.2011, pp. 2-4.



Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência

## **ANEXO**

G.R.J Guia de Recolhimento Judiciá	ria	866600000008.002005741067.020110416003.10110024290					
rgla: FUNDEJURR	O5.741.060/0001-89	Agencia 3797-4	51.669-4	Valor da Causa	Vencimento Veles delbas		
omarca:			N° GRJ		Valor de Doci	am; HIO	
ontribuinte: bscragges							
				Aute	Codigo	Valor.RS	
Fia: TJRR				2M 2M 2M	enticação Mecânica:		
Pescrição das Receitas do Tribunal de Justiça do Estado de Ra Via: TJRR  G.R.J  Guia de Recolhimento Judicián	ria 8666000000	WY WY	A1. A4.	7.020110416	enticação Mecânica:		
G.R.J Guia de Recolhimento Judicián	8666000000	08.0020 Agencia 3797-4	C/C 51,669-4	2M 2M 2M	enticução Mecânica:  5003 - 1011  Vencimento	0024290	
G.R.J Guia de Recolhimento Judicián rela: FUNDEJURR	ria 8666000000	Agencia	CC	7.020110416	enticação Mecânica:	0024290	
G.R.J Guia de Recolhimento Judiciá	ria 8666000000	Agencia	C/C 51,669-4	7.020110416	enticução Mecânica:  5003 - 1011  Vencimento	0024290	